

## Da modernização conservadora ao neodesenvolvimentismo do agronegócio: mudanças nas políticas públicas de desenvolvimento agrário e impactos no ambiente e à saúde pública

Francisca Roberlândia Pereira da Silva<sup>1</sup>; Jairo Rocha Ximenes Ponte<sup>2</sup>.

1. Estudante de Administração Pública – UNILAB; \*franciscaroberlandia@gmail.com

2. Pesquisador do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais – UFERSA; jairoponete@ufersa.edu.br

Palavras Chave: *Política Pública; Desenvolvimento; Agrotóxico*

### Introdução

A modernização do campo ocorrida no Brasil a partir da década de 1960 tem caráter ambíguo. Por um lado, foi responsável pela introdução de maquinário e insumos químicos sintéticos, com expectativa de redução dos custos e aumento de produtividade. Por outro lado, esse modelo de produção, sob o nome atual de agronegócio, traz consigo graves impactos socioambientais (PESSOA, RIGOTO, 2012). Este modelo assimila o paradigma da “Revolução Verde”, que se caracteriza pela adoção de grandes áreas de monocultura, a fim de reduzir custos com manejo, ao mesmo passo que usa grandes quantidades de agroquímicos para combater as pragas resultantes da adoção da monocultura extensiva (FAO, 2000:120-121). Desde 2008, o Brasil é o campeão mundial com o uso de pesticidas com impactos visíveis na saúde da população (LONDRES, 2011). Se a adoção deste modelo se desse de forma espontânea, em razão das dinâmicas do mercado, diante dos seus efeitos nocivos, haveria claro interesse de atuação da política pública na mitigação desses resultados e no controle de sua expansão. O que se dizer quando se dá conta que este modelo é, em grande medida, imposto a todos os tipos de produtores rurais através da obrigatoriedade de adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde como requisito para acesso ao crédito. Este trabalho revisitou as políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil dos últimos 50 anos, buscando traçar paralelos entre a realidade da década de 1970, no auge da Revolução Verde, e a década de 2000, quando o país prioriza o modelo agroexportador com o aval e o apoio do Estado e de suas políticas.

### Resultados e Discussão

O período entre 1965 e 1979 é o momento em que ocorre a chamada modernização conservadora do campo coincidente com o que ficou conhecido como Milagre Econômico, que corresponde a fase de ascensão do ciclo econômico durante os Governos Militares. Na modernização conservadora, “conforme amplamente discutido na literatura, o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo foi o crédito agrícola subsidiado. Na formulação de Kageyama et alii, a concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas pré-determinadas induziu um padrão de modernização ‘compulsória’, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo.” (MARTINE, 1991:10). Este período consolidou ideias de que o maior é melhor em qualquer situação; que a produção rural brasileira se insere, necessariamente, na lógica capitalista de mercado; e que o pequeno, o não-integrado e o informal devem necessariamente desaparecer. Essas ideias orientaram a configuração das políticas públicas, que trataram a agricultura familiar e a pequena como atividade de subsistência. A grande produção do latifúndio veio acompanhada de concentração de renda e manutenção de altos níveis de pobreza. Em

média, o latifúndio continuou improdutivo no Brasil. Observando a realidade a partir de 2003, a política adotada pelo do Governo Federal parece seguir as mesmas linhas gerais dos governos militares. O modelo neodesenvolvimentista de agora pisa nos mesmos passos da modernização conservadora, buscando obter saldos na balança comercial dentro de um modelo agroexportador. Primeiro, sob o rótulo de agronegócio, reabilita o latifúndio, que havia sido atacado duramente pelos movimentos sociais ao longo da década de 1990. A reforma agrária é praticamente interrompida. O mecanismo do crédito vinculado à adoção compulsória do pacote tecnológico da Revolução Verde continua a ser utilizado, mas desta vez é ampliado para também impor ao pequeno e médio produtor. Além dos insumos sintéticos e do agrotóxico, a novidade do pacote são as sementes transgênicas, que põem em risco também a soberania e a segurança alimentar. Os efeitos mais danosos desta realidade atual estão relacionados ao abuso de agrotóxicos, cujo aumento supera em muito o aumento da área plantada. Segundo dados da Campanha Permanente contra o Agrotóxico, no ano de 2014 cada brasileiro consumiu 7,3 litros de agrotóxico em média. Isso vem impactando não apenas na saúde pública, mas também no equilíbrio ambiental, com a diminuição de espécies polinizadoras, e a criação de ambientes hostis para várias espécies de aves.

### Conclusões

Nas duas realidades estudadas, a política pública de desenvolvimento rural tem se mostrado pouco atenta a multidimensionalidade que se aponta como meta de desenvolvimento. Ambas passam pelos mesmos pontos estruturais. Entretanto, a realidade atual está levantando problemas mais graves que a realidade anterior. Com a busca de inserir também o pequeno e o médio produtor na lógica da produção capitalista, tornou o pacote tecnológico da Revolução Verde onipresente, especialmente o agrotóxico, comprometendo a sobrevivência da população e a sustentabilidade ambiental. As saídas parecem estar no lado oposto ao que a política pública tem investido até agora: a valorização da agricultura familiar, da pequena e média propriedade, de métodos agroecológicos.

### Referências

- FAO. El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2000. Roma: FAO, 2000.
- FRANCO, Caroline da Rocha. *A formulação de política de agrotóxico no Brasil*. 2014. 2011f. Dissertação. Curitiba: UFPR. 2014.
- LONDRES, Flavia. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.
- MARTINE, George. *A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?* In: Revista Lua Nova, nº 23, março/1991. São Paulo: Edusp, 1991.
- PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. *Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais*. In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 37, n. 125, p. 65-77, Junho/2012. São Paulo: FUNDACENTRO, 2012.